

CARTA DOS EDITORES

Esse número da *Desenvolvimento em Debate* apresenta trabalhos que analisam, desde diferentes abordagens teóricas e aproximações metodológicas, temas relacionados com o desenvolvimento socioeconômico, tais como: as políticas de inserção externa e promoção das exportações, a coordenação de políticas públicas, o papel das ideias e os atores no ciclo de formulação e implementação de políticas e a importância do contexto local nas estratégias de desenvolvimento.

O artigo que abre o volume, *Extensão rural e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Brasil: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas*, Diego Neves de Sousa e Paulo André Niederle analisam a relação entre o referencial de inclusão produtiva que orienta as políticas para a agricultura familiar no Brasil e ideias e práticas desenvolvidas pelos extensionistas rurais que intermedeiam o acesso às políticas, concluindo que há desconexões entre a maneira que se entende a inclusão produtiva nas políticas públicas planejadas na órbita federal e as ideias e práticas dos agentes que atuam na intermediação entre a órbita federal e o acesso às políticas no território por parte de diferentes grupos de agricultores no Estado de Tocantins.

O termo “inclusão produtiva” foi amplamente incorporado pelo Estado brasileiro no começo dos anos 2000. No entanto, isto se deu sem que os *policy-makers* se preocupassem com a construção de uma definição precisa para o mesmo, o que levou à proliferação de diferentes interpretações e, em virtude disso, distorções na formulação, implementação, execução e avaliação das políticas públicas ditas de inclusão produtiva. A partir de um diálogo com a abordagem cognitiva de análise de políticas públicas (Muller, 2008), este artigo reúne dados que provêm de pesquisa documental e entrevistas com extensionistas do Estado do Tocantins realizadas entre maio e agosto de 2018. Os resultados demonstram que as políticas para a agricultura familiar são orientadas por diferentes referenciais de inclusão, o que força os mediadores a articulá-las e torná-las coerentes para o público beneficiário. No entanto, estes referenciais não coincidem com as ideias e práticas dos extensionistas envolvidos nos processos de tradução das políticas para os diferentes grupos de agricultores familiares, o que acentua as desconexões entre as intenções das políticas

A seguir, Argemiro Luís Brum, Daniel Knebel Baggio, Francisca Mendonça de Souza, Daniel Claudy da Silveira e Isoé Nicolas Schneider, autores do artigo *A influência dos fundos de investimentos na formação do preço do trigo na Bolsa de Cereais de Chicago*, apresentam um estudo da influência dos fundos de investimento na formação do preço futuro do trigo na Bolsa de Cereais de Chicago. (CBOT). Por meio de uma análise quantitativa, o estudo mostra, de um lado, a importância para o preço do cereal da atuação conjunta dos fundos de investimento, dos especuladores e dos denominados negociadores como também dos investidores comerciais; de outro, que o movimento especulativo repercute sobre os preços pagos aos produtores do cereal no Brasil.

Na sequência, Sandro Pereira Silva, autor do artigo *Complementaridades institucionais para o financiamento do investimento no Brasil: análise da relação de entre FAT e BNDES*, analisa as capacidades estatais para o investimento de médio e longo prazo no Brasil focando especificamente nos mecanismos pelos quais o FAT -Fundo de Amparo ao Trabalhador- absorve e disponibiliza recursos para projetos de interesse nacional gerenciados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. O autor conclui que “existe uma complexa relação de complementaridade institucional envolvendo o FAT e o BNDES”. No entanto, também salienta que a trajetória está marcada por uma forte instabilidade, em particular nos últimos anos, que pode ter impactos nocivos sobre o planejamento econômico.

Renato Antônio de Almeida, Bruno Tavares e Suely de Fátima Ramos Silveira, autores do artigo *A policy advocacy como vetor na formação da agenda de políticas: uma análise na janela de oportunidades do processo eleitoral*, utilizam a abordagem teórica de coalizões de defesa para analisar os programas sobre assistência social e compreensão da cidadania dos candidatos das duas formações principais nas eleições de 2018 no Brasil, situadas nas antípodas em termos de identificação ideológica. Os autores concluem que “as pautas defendidas pelas coalizões dominantes podem elevar determinadas questões ao status de pertencimento da agenda de políticas públicas”.

A seguir, Queila Cordeiro e Moema Pereira Nunes, autoras do artigo *Políticas públicas para promoção de exportações – análise de sua disponibilidade para as micro e pequenas empresas no Rio Grande do Sul*, analisam as políticas públicas de promoção das exportações do setor das micro e pequenas empresas do estado de Rio Grande do Sul. As autoras mostram que há desconexões entre os referenciais das políticas públicas planejadas na órbita federal e as ideias e práticas dos extensionistas rurais que intermedeiam o acesso às políticas. Assim, apesar da oferta de políticas de promoção de exportações, o estudo afirma que os impactos acabam sendo limitados.

O artigo seguinte, *Despesas com gestão ambiental nos estados da Amazônia Legal*, de Elenize Freitas Avelino, Alexandre Almir Ferreira Rivas, Roberta Monique da Silva Santos e Orleyson Cunha Gomes, analisa o comportamento das despesas com gestão ambiental no orçamento dos estados da Amazônia Legal entre os anos de 2005 a 2015, identificando como cada estado designou e aplicou recursos para a gestão ambiental dentre as suas subfunções. Os autores mostram que os estados investem pouco em relação a outros setores, sendo os investimentos em gestão ambiental menos de 1% do orçamento total. De outro lado, os estados que mais destinaram recursos para a área ambiental (Mato Grosso, Pará, Amazonas e Acre) são aqueles onde mais aumentou o desmatamento.

A seguir, Maria Beatriz Cunha Pinheiro, José de Jesus Sousa Lemos, Vitor Hugo Miro Couto Silva e Kilmer Coelho Campos, autores do artigo *Previsão da produção de fontes renováveis e não renováveis selecionadas da matriz energética brasileira*, analisam a evolução das produções relativas de fontes renováveis e não renováveis da Matriz Energética Brasileira entre os anos de 1970 e 2019. O estudo mostra que apesar de aumentar a produção energética de fontes renováveis continua havendo uma prevaência das fontes não renováveis. Em outra ordem, demonstram que a importância relativa de ambos os setores, em particular de fontes não renováveis, está influenciada pelo preço internacional do petróleo.

No artigo seguinte, *Exportações da indústria de transformação do estado do Rio de Janeiro e a hipótese de desindustrialização*, Daniel Arruda Coronel e Leonardo Copetti apresentam uma análise do perfil industrial do Estado do Rio de Janeiro, visando entender se há um processo de desindustrialização e quais as variáveis que impactam sobre a indústria do Estado. Utilizando um modelo Vetorial de Correção de Erro, os autores concluem que a desvalorização cambial estimula as exportações e que a abertura comercial foi extremamente prejudicial às mesmas.

Dianine Censon e Elaine da Silveira Leite, autoras do artigo *A estratégia regional fronteiriça frente às diretrizes do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*, analisam o impacto das diretrizes em prol do desenvolvimento de áreas de fronteiras do governo federal brasileiro, focando em particular no modo em que elas impactam as políticas de desenvolvimento regional de uma cidade de fronteira do Estado de Rio Grande do Sul. Mostram, assim, as particularidades de pensar o desenvolvimento em áreas de fronteira e a importância da relação das políticas federais e o modo em que são processadas pelos atores e contextos específicos da realidade local.

Por fim, Adriano José Pereira e Herton Castiglioni Lopes, autores do artigo *Estado e desenvolvimentismo na perspectiva de Ha-Joon Chang: quando*

a história importa e as instituições fazem diferença, analisam a importância das instituições e da mudança institucional para o desenvolvimento socioeconômico, à luz da obra de Ha-Joon Chang, salientando o papel do Estado como um agente transformador estrutural. O artigo analisa, assim, um tema de profunda atualidade no debate sobre desenvolvimento econômico, tanto em economias centrais quanto periféricas.

Flavio Gaitán e Roberta Rodrigues Marques
Editores